

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Mapfre Vida S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Independentes.

Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos no exercício de 2025 totalizaram R\$ 794,1 milhões com decréscimo de R\$ 21,5 milhões ou -3% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao trabalho de saneamento da carteira de corretores e canais deficitários.

Sinistralidade
A sinistralidade foi de 57,8%, redução de 8,2p.p. em relação ao ano de 2024, a melhora na sinistralidade é observada na carteira de coletivos, resultado do trabalho de saneamento.

Despesas administrativas
As despesas administrativas sobre o prêmio ganho em 2025 foram de 16,6%, acréscimo de 6,2 p.p. em relação ao ano anterior, decorrente do aumento em serviços de terceiros e despesas trabalhistas compartilhadas em 2024.

Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou R\$ 90,6 milhões, crescimento de 40,2% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente do maior rendimento das aplicações influenciado pelo aumento da taxa SELIC no período e pela alteração no critério de atualizações das provisões judiciais que passou a considerar o indexador IPCA para atualização monetária e o fator da Taxa Legal (SELIC - IPCA) para cômputo dos juros de mora.

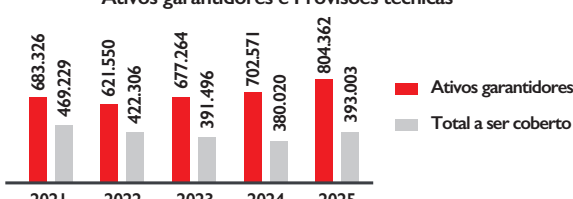
Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no exercício de 2025, foi de 99,3%, aumento de 1,9p.p. em relação aos 97,4% do ano de 2024. Esta variação decorre, principalmente devido à redução em prêmio ganho reflexo dos trabalhos de saneamento, e aumento nas despesas administrativas no período.

O índice combinado ampliado, que incluiu o resultado financeiro, no exercício de 2025 foi de 87,2%, redução de 2,1p.p. em relação aos 89,3% do ano anterior.

Resultado do exercício
O resultado totalizou no exercício de 2025 um lucro de R\$ 59,6 milhões, aumento de R\$ 8,8 milhões, em relação ao ano de 2024, em decorrência da melhora na sinistralidade e no resultado financeiro da Seguradora.

Declaração de capacidade financeira
A Mapfre Vida S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Ativos garantidores e Provisões técnicas



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos
Os acionistas da Mapfre Vida S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade
Com o objetivo de integrar os aspectos ASG - Ambiental, Social e Governança aos seus negócios, a Mapfre estabeleceu uma estratégia robusta e consolidada, fundamentada em seus princípios e compromissos corporativos, que orientam a adoção de práticas voltadas à preservação do meio ambiente e ao fortalecimento das suas operações. Nesse contexto, a Seguradora também atua para ampliar a oferta de seguros mais inclusivos, promovendo o acesso da proteção securitária a público em vulnerabilidade, bem como expandindo seu portfólio de soluções com produtos voltados à longevidade e a promoção da economia de baixo carbono.

Essa estratégia é operacionalizada por meio do Plano de Sustentabilidade 2024-2026, que define diretrizes e metas relacionadas à gestão da pegada ambiental, à promoção da economia circular, ao desenvolvimento de políticas inclusivas, à ampliação da acessibilidade aos seguros, à gestão da pegada social e à condução responsável de produtos, investimentos e subscrição, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Entre os principais destaques de 2025, ressalta-se o lançamento do Floresta Mapfre, iniciativa ambiental estratégica que contribui diretamente para a meta corporativa global da Mapfre de alcançar a neutralidade de carbono em suas operações até 2030. O projeto prevê o plantio de 42 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica em uma área de aproximadamente 30 hectares no Parque Estadual Carlos Botelho, no estado de São Paulo, possibilitando a captura estimada de 5 mil toneladas de CO₂. Esse volume permitirá à Seguradora compensar integralmente suas emissões operacionais no ano de 2028.

No âmbito social, destacam-se a ampliação do projeto Mapfre na Favela, que passou a contemplar mais quatro localidades em diferentes regiões do país, com a disponibilização de três produtos de seguros de impacto social voltados a empreendedores de baixa renda residentes em comunidades, bem como o Mapfre Sênior Residencial, iniciativa direcionada à promoção da qualidade de vida da população idosa, por meio de produtos, serviços e soluções desenvolvidos para atender às necessidades específicas desse público.

Também foi lançado na COP30 o produto Bioseguro, um seguro para a mitigação do risco climático, que irá incentivar a criação de projetos de restauração de florestas não comerciais, contribuindo assim para geração de créditos de carbono.

Com essas iniciativas, a Mapfre reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e reafirma seu papel como agente de transformação social, promovendo o acesso ao seguro, a inclusão social, a mitigação do risco climático e a geração de valor compartilhado para a sociedade.

Fundación Mapfre
A Fundación Mapfre atua de forma ativa no Brasil para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para o progresso social, por meio de iniciativas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguros e Previdência, Ação Social e Cultura. Além disso, o estabelecimento de parcerias públicas com Secretarias de Educação, Segurança Pública, Prefeituras e Departamentos

Estaduais de Trânsito são fundamentais para ampliar o alcance das atividades e impactar um número cada vez maior de pessoas em diferentes regiões.

Em 2025, a Fundación Mapfre celebrou 50 anos de atuação, consolidando uma trajetória marcada por desafios e impacto social. No Brasil, os programas realizados nesse período beneficiaram mais de 6,8 milhões de pessoas, entre atividades presenciais e digitais, além de alcançar uma audiência de mais 1,5 milhão de pessoas, contribuindo para: o bem-estar da sociedade, prevenção e redução de sinistros no trânsito, acesso à informação, o incentivo à inovação e à pesquisa e a ampliação da diversidade cultural.

Controles internos
A área de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, prevenção à lavagem de dinheiro e à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processos.

Compliance
O GRUPO Mapfre, com base na Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, e alterações, e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612 de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação
Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO Mapfre, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

Outros assuntos
Em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 15.177 de 23 de julho de 2025, a Seguradora informa que as informações relacionadas à equidade de gênero serão apresentadas no relatório anual de Sustentabilidade no site da Mapfre Brasil.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	(reapresentado)	31/12/2024	Nota	2025	(reapresentado)	31/12/2024
Ativo								
Circulante		428.512		363.405		362.976		336.433
Disponível	5	45		108		49.749		45.242
Caixa e bancos		45		108		35.909		33.192
Equivalentes de caixa	5	3.155		1.573		4.112		3.779
Aplicações	6	257.871		190.429		6.519		7.460
Créditos das operações com seguros e resseguros		117.820		121.960	14	3.209		811
Prêmios a receber	7	98.826		102.082		64.672		62.255
Operações com seguradoras	8	13.538		20.955		20.515		20.041
Operações com resseguradoras	9a	5.256		8.923		9.437		10.066
Outros créditos operacionais		4.031		14.590	9b	16.822		21.505
Ativos de resseguro	9a	8.384		7.769	16	17.898		10.643
Títulos e créditos a receber		27.468		17.484	17	7.056		6.673
Títulos e créditos a receber		16.641		6.712		18	241.499	222.263
Créditos tributários e previdenciários	25b	8.617		8.295		38		38
Outros créditos		2.210		2.477		218.865		199.187
Despesas antecipadas		103		94		22.596		23.038
Custos de aquisição diferidos	10	9.835		9.398		204.524		230.339
Seguros		9.835		9.398	18	196.789		216.330
Ativo não circulante		790.097		783.577		186.805		210.439
Realizável a longo prazo		753.908		743.326		196.789		210.439
Aplicações	6	546.491		512.142	22	7.735		14.009
Créditos das operações com seguros e resseguros		660		543		7.735		14.009
Prêmios a receber	7	660		543	23	651.109		580.210
Ativos de resseguro	9a	2.988		3.343	23a	505.166		505.166
Títulos e créditos a receber		196.140		227.277	23b	11.195		8.214
Créditos tributários e previdenciários	25b	190.912		221.746	23c	150.585		108.113
Depósitos judiciais e fiscais	22a	5.228		5.531	23d	(15.837)		(41.283)
Custos de aquisição diferidos	10	7.629		21				
Seguros		7.629		21				
Investimentos		902		840				
Participações societárias		687		626				
Imóveis destinados a renda		215		214				
Imobilizado	11	835		2.876				
Imóveis de uso próprio		-		2.876				
Bens móveis		835		-				
Intangível	12	34.452		36.535				
Outros intangíveis		34.452		36.535				
Total do ativo		1.218.609		1.146.982		1.218.609		1.146.982
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
Passivo								
Circulante								
Contas a pagar								
Obrigações a pagar	13	35.909		33.192				
Impostos e encargos sociais a recolher		4.112		3.779				
Encargos trabalhistas		6.519		7.460				
Impostos e contribuições		3.209		811				
Débitos de operações com seguros e resseguros	14	64.672		62.255				
Operações com seguradoras		20.515		20.041				
Operações com resseguradoras		9.437		10.066				
Corretores de seguros e resseguros	9b	16.822		21.505				
Outros débitos operacionais	16	17.898		10.643				
Depósitos de terceiros	17	7.056		6.673				
Provisões técnicas - seguros	18	241.499		222.263				
Danos		38		38				
Pessoas		218.865		199.187				
Vida Individual		22.596		23.038				
Passivo não circulante		204.524		230.339				
Provisões técnicas - seguros	18	196.789		216.330				
Pessoas		186.805		210.439				
Vida Individual		9.984		5.891				
Outros débitos	22	7.735		14.009				
Provisões judiciais		7.735		14.009				
Patrimônio líquido	23	651.109		580.210				
Capital social	23a	505.166		505.166				
Reserva legal	23b	11.195		8.214				
Reserva investimentos	23c	150.585		108.113				
Ajustes de avaliação patrimonial	23d	(15.837)		(41.283)				
Total do passivo e patrimônio líquido		1.218.609		1.146.982				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2025	(reapresentado)	2024
Resultado				
Prêmios emitidos	24b	794.092		815.614
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	24c	(45.017)		(19.399)
(=) Prêmios ganhos	24a	749.075		796.215
(-) Sinistros ocorridos	24d	(432.900)		(525.152)
(-) Custos de aquisição	24e	(143.707)		(133.405)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	24f	(12.792)		(9.546)
(-) Resultado com resseguro	24g	(11.461)		(8.889)
(+) Receita com resseguro		26.186		23.771
(-) Despesas com resseguro		(37.647)		(32.660)
(-) Despesas administrativas	24h	(124.561)		(82.929)
(-) Despesas com tributos	24i	(18.343)		(15.759)
(+) Resultado financeiro	24j	90.558		64.570
(=) Resultado patrimonial		66		96
(=) Resultado operacional		95.935		85.191
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	24k	9.836		-
(=) Resultado antes dos impostos e participações		105.771		85.191
(-) Imposto de renda	25a	(23.589)		(19.226)
(-) Contribuição social	25a	(14.665)		(12.446)
(-) Participações sobre o resultado		(7.906)		(2.658)
(=) Lucro líquido do exercício	23a	59.611		50.861
(/) Quantidade de ações		55.471.444		55.471.444
(=) Lucro líquido por ação em reais		1,07		0,92
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	(reapresentado)	2024
Lucro líquido do exercício	59.611	50.861	
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	25.446	(26.775)	
Variação no valor justo dos ativos financeiros	42.398	(45.026)	
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	12	401	
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(16.964)	17.850	
sobre outros resultados abrangentes	85.057	24.086	
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	85.057	24.086	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	(reapresentado)	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	59.611	50.861	
Ajustes para:	449.997	526.824	
Depreciação e amortização	12.067	7.116	

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

física domiciliado no Brasil e cujo valor mensal ultrapasse R\$ 50mil; e (b) beneficiário pessoa jurídica domiciliada no exterior, ainda que os dividendos sejam utilizados para aumento de capital. A Seguradora não identificou impactos relevantes. • **Lei Complementar 224 de 26 de dezembro de 2025:** Esta lei majorou a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte aplicável aos Juros sobre Capital Próprio de 15% para 17,5% e estabeleceu um corte linear de 10% nos incentivos e benefícios fiscais federais. Entre os efeitos, houve a extinção dos benefícios vinculados à Empresa Cidadã, que contempla a extensão das licenças maternidade e paternidade. Os impactos foram avaliados e considerados não materiais. • **Portaria MF nº 1.430 de 4 de julho de 2025 do Ministério da Fazenda:** Regulamentou a Lei nº 14.973/2024, estabelecendo o IPCA como índice de correção para depósitos judiciais e administrativos federais a partir de 1º de janeiro de 2026 sem impactos econômicos para a Seguradora. Para os depósitos tributários federais realizados anteriores a 1º de janeiro de 2026, será mantida a atualização pela SELIC. • **Reforma tributária:** A Reforma Tributária do Consumo criou um IVA Dual, baseado na não cumulatividade, tributação no destino e ampla incidência, com aplicação por documentos fiscais eletrônicos, estruturado nos regimes geral e financeiro. O ano de 2026 é destinado à adaptação e preparação das empresas, enquanto a transição gradual se inicia em 2027. A criação do Comitê Gestor do IBS pela LC nº 227/2026 deve acelerar a regulamentação necessária para a aplicação do novo sistema. A princípio, haverá impacto no modelo de apuração do IVA Dual (CBS/IBS) adequações nos processos de recebimento e pagamento. O processo de implementação depende da regulamentação plena do novo regime, em evolução ao longo de 2026. • **CBPS 01 e 02 - Normas de divulgação de sustentabilidade:** Esses pronunciamentos estabelecem requisitos para a divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades significativos de sustentabilidade e clima, com potencial impacto nas demonstrações financeiras das entidades. A Administração está avaliando os impactos potenciais da adoção dos padrões CBPS 01 e 02 nas práticas de governança, gestão de riscos e divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas. A SUSEP ainda não adotou a referida norma. • **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 moderniza a apresentação das demonstrações contábeis brasileiras, alinhando-as à IFRS 18. Introduce categorias padronizadas na DRE, subtópicos obrigatórios (como lucro operacional), regras mais rígidas de agregação e divulgação. Reforça a transparência, comparabilidade e clareza das demonstrações. Substitui o CPC 26 (R1) e passa a valer a partir de 1º de janeiro de 2027. A SUSEP ainda não adotou a referida norma. • **Resolução CNSP nº 476 de 26 de dezembro de 2025:** A Resolução CNSP nº 476 de 26 de dezembro de 2025 altera o Regulamento da Previdência Social e o Regulamento das entidades supervisionadas pela SUSEP alinhando o mercado de seguros brasileiro às práticas Internacionais de governança e gestão prudencial. Este normativo traz a prerrogativa de que a remuneração de administradores e gestores-chave esteja vinculada aos objetivos estratégicos e à prudência na exposição a riscos. A norma entra em vigor em 2 de janeiro de 2026.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros:** São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos, mediante a avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*. Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das seguintes categorias: *(i)* mensurados a custo amortizado; *(ii)* mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e *(iii)* mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Seguradora são títulos públicos e fundos de investimentos. *i. Mensuradas a custo amortizado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo (a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, (b) cujos termos contratuais não originem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros (*SPPI - Solely Payment of Principal and Interest*). *ii. Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):* Compreende os ativos financeiros que atendam ao critério do teste *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda. Os ativos contábeis mensurados ao valor justo por meio do balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva são registrados no resultado e a variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é registrada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). *iii. Mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR):* São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende os critérios de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*, são classificados como VJR. *iv. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. *v. Recebíveis:* Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo e são contabilizados a custo amortizado acrescido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **o) Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros:** Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment), o CPC 48 - Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro. O *deficit* de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou *default*, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato. A provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 (doze) meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseada-se em perdas de crédito esperadas para a vida restante do contrato. A metodologia de identificação e mensuração da perda de crédito esperada utiliza o método da perda esperada com dados específicos de cada *ISIN (International Securities Identification Number)* das carteiras da empresa. O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado. *ii. Operações de seguros e resseguros:* Conforme exigido na Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, e alterações, a Seguradora reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de prêmios a receber mediante estudo interno. O estudo técnico considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, segregados entre tipo de contrato (direto ou cosseguro aceito), por vigência do risco (vigente ou decorrido), por faixas de vencimento e agrupamentos de ramos similares de prêmios a receber. A Redução ao Valor Recuperável é reconhecida sobre os prêmios a receber diretos e aceitos, líquidos de Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG e bruta dos componentes do prêmio base, como comissões líquidas de custos de aquisição direta - CAD, comissão de estipulante, cosseguros, resseguros cedidos e a comissão de redução ao valor recuperável correspondente à totalidade dos prêmios a receber pela sociedade seguradora. Para a metodologia, trata tanto as parcelas vencidas quanto as parcelas vincendas, seja de clientes adimplentes ou devedores em atraso. A Seguradora reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de ativos cuja contraparte são resseguradores mediante estudo interno. O estudo técnico considera a estimativa da necessidade da redução ao valor recuperável (RVR) a ser constituída sobre os ativos sujeitos ao risco de contraparte (ativo de resseguro de PPNG, ativo de resseguro de sinistros e créditos com resseguradores a recuperar), com base no histórico de no mínimo 5 (cinco) anos de perdas com os resseguradores, bem como em informações de mercado que forneçam probabilidades de perda em função do *rating* da contraparte. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Investimentos:** Os investimentos são compostos por participações societárias, ações, debêntures e LFTs da SUSEP S.A. Os investimentos são avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes de aquisição com base na vida útil estimada, deduzida das respectivas depreciações e perdas por *impairment* (quando aplicável), mantidos com o objetivo de geração de renda por meio de aluguéis. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo registrado contabilmente pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, por reduzido pela depreciação acumulada e por perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. **f) Intangíveis:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de *software*, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 12. **g) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando há risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou futuras, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão. São apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios diferidos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes, são emitidos das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a responsabilidade, total ou parcialmente, um risco assumido. Na operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de certo risco eventualmente considerado excessivo e cede a um ressegurador uma parte ou toda a responsabilidade e do prêmio correspondente recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, junto a terceiros, o que contribui para a segurança do mercado. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo apropriados no resultado das correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo apropriadas ao resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de resseguros, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas.

No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, esses ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3c. **ii.** Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. Os custos de aquisição diferidos: São compostos substancialmente por valores referentes às comissões e aos agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de 12 meses (vinte e cinco e cinco) meses. **g) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes, mas não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 (vinte e quatro) meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de ocorrência dos sinistros. Provisão de Sinistros - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, incluindo atualizações monetárias e juros. Nessa provisão técnicas encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais. O ajuste de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 60 (sessenta) meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data-base de referência. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente cada sinistro e as despesas que podem ser relacionadas aos sinistros de forma agregada. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando o método do desenvolvimento das despesas passivas, partindo do pressuposto de que os pagamentos referentes às despesas ocorridas em um dado período se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrências anteriores. A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNf representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 60 (sessenta) meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **I) Teste de adequação dos passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações e Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e atualizações a cada data de balanço e que não estejam em fase de extinção do risco. O teste é elaborado considerando-se como valor contábil de todos os passivos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as

Mapfre Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

despesas administrativas, cancelamento, as despesas alcováveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro. Para a projeção dos fluxos dos ativos de resseguro de sinistros já concluídos, consideramos a melhor estimativa dos sinistros finais recuperados, calculados a partir do triângulo de *run-off*, para os Demais ativos de resseguro, foi considerado o percentual observado de cessão, compreendidos até os últimos 36 (trinta e seis) meses de análise. Para avaliação do Teste de Adequação de Passivos, optou-se por agrupar os riscos expostos de acordo com as similaridades dos grupos de contratos em seus respectivos ramos. Na apuração das premissas para as projeções dos fluxos de caixas, foram consideradas as melhores estimativas da série histórica em diversos períodos, compreendidos entre o último mês e até os últimos 5 (cinco) anos de análise por grupos de contratos. O resultado das principais premissas utilizadas foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	ETTJ SUSEP: Livre de Risco pré-fixada e Cupons de IPCA.
Taxa de juros contratada para passivos	Obrigações não indexadas.
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA e PRE.
Sinistralidade (Consolidada)	1,2%
Despesas administrativas	8,83%
Comissão de prêmio futuro	5,73%

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. Conforme resultado segregado por grupos de contratos líquido de resseguro:

Grupos de contratos	Resultado TAP (PPNG)	
	Registrados	Não registrados
Vida	3.839	27.875
Vida Individual	12.484	9.044
PCC contabilizada	-	-

m) Provisões, passivos e ativos contingentes: Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja obrigação legal ou contratual de pagar valores adicionais. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou contratual de pagar valores adicionais individualmente pela área jurídica da Seguradora e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de não provável são apenas divulgados.

n) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela Mapfre Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o saldo de base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou contratual de pagar valores adicionais por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios pós-emprego:* Há custeio do plano de saúde para ex-colaboradores e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa, calculados e provisionados no valor de R\$ 2 (dois reais em 31 de dezembro de 2024). **o) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as receitas e as despesas com apólices e contratos de seguros. **p) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem variações de provisões técnicas, variações de provisões de valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e que estão reconhecidos no resultado. **q) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O tributo diferido corresponde às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O tributo diferido de ativo é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, bases tributárias negativas e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que os lucros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos. Os ativos e passivos tributários diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos tributários correntes, que se relacionam a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **l) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamentos referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidades desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Seguradora, visando evitar a ocorrência de perdas e garantir a qualidade do atendimento ao cliente. A gestão de riscos é realizada por meio de um planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO Mapfre, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até às diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da Mapfre estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o GRUPO Mapfre Brasil incluindo empresas do conglomerado como a Mapfre RE (SCI e ENGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais. O negócio e a fonte de suporte, responsáveis por manter o risco dentro do apetite de risco estabelecido pelo Conselho de Administração. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos do GRUPO Mapfre é dividida em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com o Conselho de Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e reportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão

★ continuação

Mapfre Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio dessa ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração dos riscos operacionais dentre eles: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN; • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes. Outro mecanismo de avaliação se reflete na avaliação de *Compliance* realizado para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativas e procedimentos). A área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da Seguradora que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a Entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Com a publicação da Resolução CNSP nº 467 de 25 de abril de 2024, as Entidades devem implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considere, como mínimo, o foco nos seguintes riscos: • Subscrição; • Crédito; • Mercado; • Liquidez; • Operacional; e • Plano de Continuidade de Negócios. Consideramos também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos: • Cibernético; • Conformidade; • Estratégico; • Legal; • Tecnologia da Informação; e • Ambiental, Social e de Governança. Foi constituído o Comitê de Riscos e implementadas Políticas de Controles Internos. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderão incluir a venda de investimentos e, a mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deverá possuir, de maneira contínua, uma quantidade de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora. A Seguradora tem o capital de risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2017, e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco - CR calculado. Respeitando os níveis do PLA, para qualidade de cobertura do CMR, observando: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	2025	2024
Patrimônio líquido (a)	651.109	580.210
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(687)	(626)
Despesas antecipadas	(103)	(94)
Créditos tributários - prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido	(147.067)	(156.831)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(9.935)	(26.600)
Ativos intangíveis	(34.452)	(36.535)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(11.820)	(3.437)
1. Ajustes contábeis (b)	(204.064)	(224.123)
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP	338	—
Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	9.793	8.660
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	10.131	9.660
PLA - Nível 1	421.225	325.735
PLA - Nível 2	10.132	8.660
PLA - Nível 3	25.819	30.352
Subtotal PLA - Nível (d)	457.176	364.747
Limitador CMR - PLA Nível 1	421.225	325.735
Limitador CMR - PLA Nível 2	10.132	8.660
Limitador CMR - PLA Nível 3	25.604	27.262
Subtotal PLA - Limitador (e)	456.961	361.657
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (f = e - d)	(215)	(3.090)
4. PLA (Total) = PL + ajustes contábeis + ajustes econômicos + ajustes do excesso de nível II e III (g = a+b+c+f)	456.961	361.657
5. Capital mínimo requerido	15.000	15.000
Capital base (CB)	170.691	181.744
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	161.949	173.901
Capital de risco de subscrição	9.559	9.527
Capital de risco operacional	1.886	2.016
Capital de risco de mercado	6.788	3.295
Correlação entre os riscos	(9.491)	(6.995)
Capital mínimo requerido (h)	170.691	181.744
Suficiência de capital (i = g - h)	286.270	179.913
Suficiência de capital (j / h)	167,7%	103,3%
Índice de solvência (j = g / h)	2,68	2,03

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e bancos	45	108
Equivalentes de caixa	3.155	1.573
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.200	1.681

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Títulos	Vencimento				Valor de		Ativos		Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	de contábil	de curva	Valor ao justo	Ajuste	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(H)
Mensuradas a valor justo									
por meio do resultado	75.120	176.367	6.436	(52)	257.871	257.857	257.871	14	257.871
Fundos de investimentos	75.120	176.367	6.436	(52)	257.871	257.857	257.871	14	257.871
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	4.112	164.488	1.605	—	170.205	170.191	170.205	14
Letras do tesouro nacional - LTN	1	—	11.879	4.831	—	16.710	16.710	16.710	6%
Operações compromissadas (*)	2	71.008	—	—	—	71.008	71.008	71.008	28%
Caixa/contas a pagar/receber	2	—	—	—	(52)	(52)	(52)	—	0%
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	—	546.491	—	—	546.491	573.298	546.491	(26.807)	546.491
Carteira administrada	—	546.491	—	—	546.491	573.298	546.491	(26.807)	546.491
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	546.491	—	—	546.491	573.298	546.491	100%
Total	75.120	722.858	6.436	(52)	804.362	831.155	804.362	(26.793)	804.362
Circulante	—	—	—	—	—	257.871	190.429	64.942	257.871
Não circulante	—	—	—	—	—	546.491	512.142	34.349	546.491

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda (1 um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	2025		2024	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	15,21%	12,06%	15,67%	10,42%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	12,16%	6,18%	12,16%	6,18%
Operações compromissadas (*)	14,90%	14,87%	12,15%	12,12%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	2024	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2025
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	170.999	615.641	(558.995)	—	30.226	257.871
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	531.572	—	(72.092)	42.398	44.613	546.491
Total	702.571	615.641	(631.087)	42.398	74.839	804.362
	2023	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2024
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	149.683	731.438	(727.254)	—	17.132	170.999
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	527.581	54.952	(50.364)	(45.026)	44.429	531.572
Total	677.264	786.390	(777.618)	(45.026)	61.561	702.571

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

Ramos	2025				2024				
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido
Vida em grupo	87.413	(11.734)	75.679	73.932	(5.626)	68.306	66.506	(3.792)	62.714
Pessoas individual	20.854	(2.943)	17.911	19.722	(1.973)	17.749	17.749	—	17.749
Acidentes pessoais coletivo e individual	4.827	(1.304)	3.523	5.168	(939)	4.229	4.229	—	4.229
Demais ramos	2.717	(344)	2.373	2.630	(289)	2.341	2.341	—	2.341
Total	115.811	(16.325)	99.486	101.452	(8.827)	92.625	92.625	—	92.625

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3c.ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2025	2024
Saldo inicial	92.625	80.101
(+) Prêmios emitidos	1.098.996	1.176.718
(+) IOF	3.614	3.757
(-) Prêmios cancelados	(111.077)	(145.597)
(-) Recebimentos	(977.174)	(1.023.229)
(-) Constituição/Reversão da redução ao valor recuperável	(7.498)	875
Saldo final	99.486	92.625

c) Composição de prêmios a receber por prazo

	2025	2024
A vencer até 30 dias	72.539	74.401
A vencer de 31 a 60 dias	5.751	5.213
A vencer de 61 a 120 dias	2.664	2.603
A vencer de 121 a 180 dias	1.922	1.854
A vencer de 181 a 365 dias	2.533	2.361
A vencer acima de 365 dias	660	543
Total a vencer	86.069	86.975
Vencidos até 30 dias	3.815	2.436
Vencidos de 31 a 60 dias	2.137	1.689
Vencidos de 61 a 120 dias	3.765	360
Vencidos de 121 a 180 dias	2.578	182
Vencidos de 181 a 365 dias	942	387
Vencidos acima de 365 dias	190	560
Total vencidos	13.417	92.625

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios o prazo médio é de 22 (vinte e dois) dias.

8. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

	2025	2024
Sinistro a recuperar de cosseguo cedido	13.537	20.936
Outros	1	1.380
Redução ao valor recuperável - RVR	(1.361)	(1.361)
Total	13.538	20.955

9. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESSEGUO

a) Ativo	2025	2024
Recuperação de sinistros	5.256	8.923
Total	5.256	8.923
b) Passivo	2025	2024
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	6.117	7.251
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	4.164	3.171
Risco vigente não emitido - RVNE	424	240
Provisão de despesas relacionadas - PDR	420	243
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	227	198
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	20	9
Total	11.372	11.112
Circulante	8.384	7.769
Não circulante	2.988	3.343
b) Passivo	2025	2024
Prêmios cedidos em resseguo	9.724	10.351
Comissões a recuperar	(287)	(285)
Total	9.437	10.066

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*) (nota 24b)	Resseguo cedido (**) (nota 24g)	Retenção
Pessoas	795.610	37.503	95%
Total	814.392	32.338	96%

(*) Não inclui RVNE no valor de R\$ (1.518) (R\$ 1.222 em 31 de dezembro de 2024).

(**) Não inclui RVNE de resseguo no valor de R\$ 350 (R\$ (427) em 31 de dezembro de 2024).

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

Ramos

Vida em grupo	2025	2024
Acidentes pessoais coletivos	16.577	8.285
Pessoas individual	875	1.022
Total	17.464	9.419
Circulante	9.835	9.398
Não circulante	7.629	21
Total	2025	2024
Saldo inicial	9.419	12.687
Constituições	111.071	103.578
Reversões	(103.026)	(106.846)
Saldo final	17.464	9.419

11. IMOBILIZADO

★ continuação

Mapfre Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Mapfre Vida S.A.
São Paulo - SP
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Mapfre Vida S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mapfre Vida S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase sobre a retificação dos valores correspondentes
 Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.b) às demonstrações financeiras que apresenta correção de erros em decorrência, substancialmente, do não reconhecimento contábil da Provisão de Excedentes Técnicos PET nas Demonstrações Financeiras originalmente apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Desta forma, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
 Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, IBNeR, PPNG-RVNE e PET) e da realização do teste de adequação de passivos (TAP)
Veja as Notas nos 3(k), 3(l), 18, 19 e 22 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria
 A Seguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e resseguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025: provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de despesa relacionada (PDR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) e Provisão de Excedente Técnico (PET). Na mensuração das referidas provisões técnicas e na realização do teste de adequação de passivos (TAP), a Seguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução dos prêmios emitidos. Consideramos a mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros citadas e a realização do teste de adequação de passivos, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos, o grau de julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas, e ao impacto que eventual alteração das premissas e metodologia utilizados poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
 (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, IBNeR, PPNG-RVNE e PET);
 (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram:

- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução de prêmios emitidos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR, IBNeR, PDR e PPNG-RVNE) e na realização do teste de adequação de passivos (TAP);
 - no recálculo independente, por amostragem, das provisões (IBNeR, IBNR e PPNG-RVNE) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; e
 - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do teste de adequação de passivos.
- na avaliação da necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura por meio da

razoabilidade independente das premissas do TAP e da comparação do resultado dos fluxos de caixa calculados no TAP com os montantes totais das provisões técnicas registradas na data-base.
 (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios emitidos, sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis;
 (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e
 (v) recálculo da provisão de excedente técnico, com base em amostragem, considerando as informações contratuais aplicáveis, tais como percentuais de excedente técnico, despesas administrativas, comissão, entre outros, bem como inspeção da documentação suporte relativa ao resultado técnico dos respectivos contratos; e
 (vi) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras considerando as informações relevantes.
Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.
Veja as Notas nos 3(q) e 25(b) das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria
 A Seguradora mantém créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, cuja realização está fundamentada em estudo técnico sobre prováveis lucros tributáveis futuros. Para elaborar a expectativa de realização desses créditos tributários no referido estudo técnico, a Seguradora utiliza-se de estimativas de rentabilidade futura elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, que envolvem julgamento na determinação de premissas econômicas e de crescimento dos negócios. Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação de prováveis lucros tributáveis futuro.
Como auditoria endereçou esse assunto
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
 (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Seguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários.
 (ii) Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na:
 - na avaliação das premissas de projeções econômicas e de crescimento dos negócios apresentados no estudo técnico de realização dos créditos tributários; e
 - na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários.
 (iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
 - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
 - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
 Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.
 Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP-014428-O-6 F SP

Érika Carvalho Ramos
 Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Mapfre Vida S.A.
São Paulo - SP
Escopo da Auditoria Atuarial
 Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Mapfre Vida S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
 A Administração da Mapfre Vida S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
 Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.
 Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes

associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Mapfre Vida S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
 Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Mapfre Vida S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Outros assuntos
 No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

KPMG
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
 CIBA 48
 CNPJ: 02.668.801/0001-55
 Rua Verbo Divino, 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I	
Mapfre Vida S.A.	
(Em milhares de Reais)	
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	2025
Total de provisões técnicas auditadas	438.288
Total de ativos de resseguro	11.372
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	5.256
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	2025
Provisões Técnicas auditadas (a)	438.288
Valores redutores auditados (b)	45.285
Total a ser coberto (a-b)	393.003
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	2025
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	170.691
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	170.691
4. Demonstrativo da Solvência	2025
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	456.961
Ajustes Econômicos do PLA	10.132
Exigência de Capital (CMR) (b)	170.691
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	286.270
Ativos Garantidores (d)	804.362
Total a ser Coberto (e)	393.003
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	411.359
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	2025
	25
	0929
	0969, 0984, 1369, 1384, 1391
	0990, 1377
	1381
	1397
	0980
	0982
	2.791
	5.581



mapfre

Aonde você for.

A **Mapfre** apresenta sua nova identidade, mais moderna e simples, refletindo uma atuação cada vez mais próxima, transparente e conectada às necessidades do mercado.

Seguimos cuidando do que é importante para você, ao seu lado, aonde você for.

Uma marca que evoluiu com o tempo e com as pessoas.